



Marcel Mendes

TEMPOS DE TRANSIÇÃO

A nacionalização
do Mackenzie e sua
vinculação eclesiástica
(1957-1973)



Editora
Mackenzie

2ª edição
atualizada

TEMPOS DE TRANSIÇÃO

A nacionalização
do Mackenzie e sua
vinculação eclesiástica
(1957-1973)

ACADEMACK

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Reitor: Benedito Guimarães Aguiar Neto

Vice-reitor: Marco Tullio de Castro Vasconcelos

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Pró-reitora: Helena Bonito Pereira

EDITORA MACKENZIE

Conselho editorial

Helena Bonito Pereira (*Presidente*)

José Francisco Siqueira Neto

Leila Figueiredo de Miranda

Luciano Silva

Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

Maria Lucia Marcondes Carvalho Vasconcelos

Moises Ari Zilber

Valter Luís Caldana Júnior

Wilson do Amaral Filho

Marcel Mendes

TEMPOS DE TRANSIÇÃO

A nacionalização
do Mackenzie e sua
vinculação eclesiástica
(1957-1973)

2ª edição atualizada

1ª ed. © 2007 Marcel Mendes

2ª ed. © 2016 Editora Mackenzie

Todos os direitos reservados à Editora Mackenzie. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Mackenzie.

Coordenação editorial: Joana Figueiredo

Capa: Rubens Lima

Foto de Capa: Alunas no jardim, em 1921. Ao fundo, da esquerda para a direita, o Edifício Mackenzie e a Biblioteca George Alexander. Acervo: CHCM.

Diagramação: Acqua Estúdio Gráfico

Preparação de texto: Carlos Villarruel

Revisão: Mônica de Aguiar Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mendes, Marcel

Tempos de transição : a nacionalização do Mackenzie e sua vinculação eclesialística (1957-1973) / Marcel Mendes. — 2. ed. — São Paulo : Editora Mackenzie, 2016.

ISBN 978-85-8293-330-5

1. Educação – Brasil – História 2. Escolas confessionais – Brasil 3. Instituto Presbiteriano Mackenzie – História 4. Norte-americanos – Brasil 5. Religião e educação I. Título.

15-09230

CDD - 371.07142

Índice para catálogo sistemático:

1. Escolas confessionais calvinistas : História 371.07142

EDITORA MACKENZIE

Rua da Consolação, 930

Edifício João Calvino

São Paulo, SP – CEP 01302-907

Tel.: (11) 2114-8774

editora@mackenzie.com.br

www.mackenzie.br/editora.html

*Os homens passam; as instituições
seguem o seu destino.*

(Henrique Pegado,
reitor emérito da Universidade Mackenzie, 5.6.1959)

*[...] renovando a fé nos destinos do Mackenzie,
que é eterno, enquanto os homens,
na precariedade da vida terrena, passarão.*

(Sylvio Passarelli, presidente da
Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie, 18.6.1963)

*Os homens passam e as instituições ficam.
Os homens erram e Deus se serve de seus erros
para encaminhá-los no sentido da verdade.*

(Cleantho Rodrigues Siqueira, membro do
Conselho Deliberativo do Instituto Mackenzie, 16.11.1964)

SUMÁRIO

<i>Prefácio à 2ª edição atualizada</i>	9
Carlos Guilherme Mota	
<i>Introdução</i>	15
1 De Nova York a São Paulo, sem escalas	25
2 Educação com sotaque inglês faz sucesso	42
3 Interações culturais sem medo de Tio Sam	61
4 Chamberlain sonha com uma escola cristã	74
5 Lane retoca os traços do perfil confessional	84
6 Depois de Horace Lane: confessionalidade implícita	98
7 Mackenzie marcha em busca de uma imagem nacional(ista)	111
8 Crescimento e prestígio viabilizam o projeto nacional	128
9 Antigos alunos e Igreja disputam o destino do Mackenzie	150
10 Movimento estudantil suscita a tese da federalização	173

11	Tensões excitam o cenário final da nacionalização	202
12	Muda o comando, permanecem as inquietações	229
13	Autonomia e dissolução da universidade incendeiam a pauta	250
14	A (incrível) história do desligamento da Faculdade de Direito	275
15	Mackenzie inclina-se para a direita	298
16	Explode a guerra da Maria Antônia	332
17	Aprofundam-se os diálogos com o regime militar	346
18	Mackenzie e Igreja entram em rota de colisão	360
19	Governo estadual decreta a desapropriação do Mackenzie	389
20	Fracassadas as gestões políticas, ampliam-se as batalhas judiciais	415
21	Vitoriosa na Justiça, Igreja consolida sua posição	439
	<i>Referências</i>	458
	<i>Índice</i>	479

INTRODUÇÃO

A *nacionalização* do Mackenzie consiste, essencialmente, no processo de transferência para administradores brasileiros de todas as atribuições e prerrogativas correspondentes à instituição denominada à época Instituto Mackenzie – compreendendo, então, a Escola Americana e a Universidade Mackenzie –, que se encontrava sob a responsabilidade de entidades presbiterianas sediadas nos Estados Unidos.

Mais que um desfecho impactante, essa nacionalização apresenta-se como fluxo de acontecimentos que, na sua abrangência e diversidade, compõem uma complexa trama histórica. Os marcos temporais que balizam a trajetória em estudo adensam-se, contudo, no período de 1957-1973, pois é nessa época que os cenários e os protagonistas envolvidos no espetáculo apresentam-se com mais dinamismo.

Convém deixar claro que a transferência de comando e patrimônio do Mackenzie sempre esteve radicalmente vinculada à garantia do cumprimento de disposições indissolúveis estabe-

lecionadas pelos fundadores e seus patrocinadores eclesiásticos, cláusulas essas atinentes à identidade e à missão do Mackenzie.

Refletir sobre essa matriz e sobre as incidências histórico-culturais que lhe foram agregadas é requisito inescapável para quem busca compreender a evolução, ao longo do tempo, de um certo *ethos* do Mackenzie no seu formato institucional, com valores peculiares e traços característicos.

Confirmando a sentença de que “o historiador tem uma instintiva preferência pelas crises” (GLÉNISSON, 1991, p. 55), pretendeu-se buscar nos eventos mais críticos, nas lutas mais intensas e nos conflitos mais frequentes do itinerário histórico recente da instituição as eventuais explicações, os possíveis nexos e as inevitáveis contradições do processo de construção, preservação e transformação desse *ethos* do Mackenzie.

O plano de estruturação deste livro organiza-se em quatro segmentos principais, cada um constituído de uma pequena série de capítulos.

Os primeiros seis capítulos cuidam de caracterizar as contribuições mais significativas para o processo de construção da identidade do Mackenzie, que se agrupam em duas categorias complementares: as concretas *influências norte-americanas* e o diversificado *contributo religioso*. Na primeira vertente, destacam-se as subordinações e dependências de ordem administrativa, financeira e patrimonial impostas pelas matrizes norte-americanas em razão do próprio estágio de implantação do empreendimento educacional presbiteriano em São Paulo. Observa-se ainda que a face mais visível e marcante das ligações do Mackenzie com os Estados Unidos ficou materializada nas práticas pedagógicas, nos formatos acadêmicos e nas interações de natureza cultural. A segunda vertente refere-se à orientação confessional transmitida pelos fundadores a seus sucessores,

todos eles comprometidos em maior ou menor intensidade com objetivos missionários. Verifica-se que, gradualmente, a Escola Americana e o Mackenzie College foram se desvinculando da influência e tutela de entidades eclesiais nacionais ou norte-americanas, tendendo a uma *secularização* que, no entanto, era negada pelos dirigentes da instituição. Aparentemente, a afirmação confessional passou a ser reduzida a um conjunto de preceitos éticos convenientes à lapidação da personalidade moral dos alunos, sem qualquer projeto institucional de explicitação e visibilidade da fé cristã reformada.

O propósito dos cinco capítulos seguintes (de 7 a 11) é apresentar e discutir o processo de gradual nacionalização do Mackenzie, desde os seus estágios primitivos até os atos formais de 1961. É nessa ocasião que o processo alcança o seu ápice, com a transferência de propriedade e direção, da esfera do *board* de Nova York para a égide da Igreja Presbiteriana do Brasil, consubstanciada na lavratura da correspondente escritura de doação e na instalação dos novos dirigentes do Instituto Mackenzie. Nessa longa rota, observa-se que, a partir de 1957, as discussões em busca de um modelo nacional adensaram-se e se tornaram complexas, com o envolvimento ativo da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie e de representantes das entidades presbiterianas dos Estados Unidos. O ingresso ostensivo da Igreja Presbiteriana do Brasil no palco dos acontecimentos passa a definir o rumo das negociações, compreendendo a destinação do patrimônio e a composição das instâncias superiores colegiadas do Mackenzie. A hipótese de serem dados destinos diferentes à Universidade e à educação básica após a consumação da nacionalização desfez-se inteiramente, prevalecendo o paradigma pelo qual a Igreja Presbiteriana do Brasil seria sempre o único *associado vitalício*, cabendo-lhe a

prerrogativa soberana de escolha dos associados efêmeros, além do direito de propriedade de todo o patrimônio.

Na sequência, os próximos seis capítulos (de 12 a 17) tratam das inquietações e dos conflitos que se verificaram a partir de 1962, estando o Mackenzie já sob a direção de brasileiros nomeados pela Igreja Presbiteriana do Brasil. O principal foco da crise localizava-se, então, no ambiente da própria Universidade, cujos esforços em favor da autonomia foram retaliados pela entidade mantenedora mediante intensas tentativas de dissolvê-la e de alienar uma de suas unidades mais prestigiadas, a Faculdade de Direito. Por sua vez, a comunidade universitária do Mackenzie viu-se envolvida nas inquietações do *movimento estudantil* nacional, que refletia o momento por que passava o país. Manifestações coletivas e movimentos grevistas, conquanto tenham criado situações de desconforto institucional, não tiveram, aparentemente, efeito decisório nos acontecimentos relevantes do Mackenzie. Prevaleceram os acordos de gabinete e as decisões colegiadas. Observa-se também que a ruptura político-institucional do país, em março de 1964, propiciou ao Mackenzie formas de alinhamento com o regime militar instalado, por conta da sintonia com o ideário conservador e da eventual assemelhação dos conceitos de *mackenzismo* e *patriotismo*.

O conteúdo dos quatro capítulos finais (de 18 a 21) contempla a crise que abalou as relações do Mackenzie com a Igreja Presbiteriana do Brasil, a partir das posições do Conselho Deliberativo de demitir diretores nomeados pela Igreja (em 1964) e, num segundo momento (em 1966), de não acatar nomeações para o preenchimento dos cargos diretivos e de colegiado superior do Mackenzie. Esse conflito de competências foi agravado pela circunstância de haver a Igreja Presbiteriana do Brasil passado por mudanças significativas na sua direção, a partir de julho de 1966, quando da eleição do reverendo Boanerges

Ribeiro para a Presidência do Supremo Concílio. Esgotando-se os recursos administrativos, a questão foi transferida para a esfera do Poder Judiciário, que, em 1973, proferiu sentença final, reconhecendo os direitos da Igreja Presbiteriana do Brasil. Paralelamente, o governo do Estado de São Paulo, provocado por personalidades da direção do Mackenzie, havia decretado, já em 1966, a desapropriação dos bens da Igreja cedidos em comodato ao Mackenzie, dando origem a inúmeras gestões políticas e à mobilização de segmentos de opinião pública contrários ao desígnio governamental. Finalmente, também em 1973, o governo do Estado desistiu da ação de desapropriação. Os parágrafos finais do último capítulo culminam com a posse, em 31 de dezembro de 1973, dos dirigentes nomeados pela Igreja Presbiteriana do Brasil, que assumiram seus postos por força de instrumento judicial. Encerrava-se, definitivamente, uma longa fase de confrontos e disputas das duas entidades envolvidas na peleja – a Igreja Presbiteriana do Brasil e o Instituto Mackenzie.

No desenvolvimento de todos os capítulos, observa-se que o discurso não adota a forma exclusiva de narrativa; ao contrário, procura-se mesclar os fluxos de informações com reflexões críticas, juízos de valor e paralelismos contextuais. Apesar dessa abordagem crítico-reflexiva, ao longo do texto acumulam-se questões globais, instalando no leitor a expectativa de que, nalgum momento, essas questões serão retomadas. Não resta dúvida de que remanesçam, deliberadamente, alguns pontos de conexão com novos e futuros empreendimentos de pesquisa histórica, o mesmo acontecendo com certas instigações – algumas, apenas, retóricas – que, em muitos casos, deixam de ser respondidas.

A elaboração histórica levada avante neste trabalho comportaria a menção de destaques, se não à guisa de introdução, ao menos como antecipação de parágrafos conclusivos.

Verifica-se, por exemplo, que a transição de comando e patrimônio – genericamente denominada *nacionalização do Mackenzie* – não se materializou sem a ocorrência de severas tensões e conflitos, fazendo do período em foco um dos mais críticos da vida institucional do Mackenzie. Nesse cenário, as questões relacionadas com a *confessionalidade* e a vinculação eclesiástica da instituição tiveram preponderância sobre outras incidências e contribuíram significativamente para a incorporação de novos traços no *ethos* institucional do Mackenzie.

Quanto aos agentes históricos que fizeram da transição da tutela norte-americana para a égide de entidade nacional uma experiência de contornos complexos, registra-se que foram, em essência, aqueles relacionados com a disputa em torno dos destinos e da identidade do Mackenzie: de um lado, a Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie, com um enfoque laico, propunha a criação de uma Associação ou, optativamente, de uma Fundação; de outro, a Igreja Presbiteriana do Brasil, como guardiã da confessionalidade, apoiou os dois modelos até certo momento e, depois, os excluiu em definitivo. Concorreram para essa complexidade as desconfianças recíprocas, as fragilidades financeiras da instituição e as instabilidades políticas do país. As variáveis mais significativas que interferiram nesse complexo processo foram de ordem religiosa, corporativa, política e econômica, permeadas por motivações de natureza ideológica.

A participação da categoria dos *mackenzistas* no processo de transição institucional pode ser avaliada por dois prismas: o do grupo de ex-alunos e o da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie. Quanto à classe de ex-alunos, sua contribuição foi em todas as circunstâncias altamente positiva, bastando como prova o fato de o corpo docente da instituição ser constituído, em sua absoluta maioria, de personalidades graduadas na

própria Casa, o mesmo acontecendo com o coletivo do Conselho Deliberativo. Quanto à Associação, de históricas e notáveis tradições, viu-se no papel de contraponto das aspirações eclesiais e intérprete de certo discurso corporativo, que pleiteava (ingenuamente?) “o Mackenzie para os mackenzistas”.

A fim de avaliar se a figura institucional do “Mackenzie pós-nacionalização”, especialmente aquela que resultou ao final de 1973, teria mantido os mesmos traços que caracterizavam sua *identidade* antes dessa transição, observa-se que alguns elementos foram diluídos e outros ganharam mais nitidez. No primeiro grupo, inscrevem-se o pluralismo de ideias e o liberalismo do núcleo diretivo da instituição, posturas que se irradiavam para os corpos docente e discente. No segundo segmento – o do ganho de nitidez dos traços – abrigam-se o cultivo dos valores éticos e religiosos (com orientação cristã reformada), a sintonia com o ideário conservador, a alienação dos professores e alunos em relação às temáticas políticas e sociais, a homogeneidade ideológica dos conselhos superiores e, finalmente, a rigorosa disciplina hierárquica implantada.

Com respeito aos efeitos decorrentes de uma vinculação mais sólida com a Igreja Presbiteriana do Brasil, verifica-se que, por longo tempo, essa relação interinstitucional não foi perceptível aos olhos e ouvidos da comunidade *mackenzista*, tanto docente como discente. Tudo indica que a presença e a influência da Igreja tenham ficado circunscritas às entranhas dos polos administrativos, e confinadas nos compartimentos dos órgãos superiores de deliberação e gestão. Esse quadro ganha intensidade de realce ainda maior na moldura da Universidade Mackenzie. Diante dessas observações, impõe-se concluir que, na ausência de uma rede de vasos comunicantes, não se pode falar de um processo de assimilação ou de capilarização.

Este espaço de considerações permite adicionar ainda algumas últimas cláusulas. A presença recorrente da palavra *crise* ao longo dos episódios que compõem a trama histórica revela significados que vão além da circunstância momentânea, do estado crítico, da conjuntura desfavorável. Aqui *crise* é, também, um subterfúgio, um álibi, quase uma metáfora necessária para o discurso cíclico que anunciava a chegada de novos tempos. Será que esses novos tempos vieram de fato? Chegou, efetivamente, o *novo* a superar o *velho*? Consumou-se a esperada *salvação*? Nesse aspecto, a história dessa instituição tradicional – o Mackenzie – mesclou-se com a história do próprio país, como parte da realidade nacional: consomem-se reservas de esperança, por conta do futuro, e o que se verifica, na realidade, é um eterno recomeço, pois o *novo* parece não existir, concretamente.

Por último, registra-se a possibilidade de serem empreendidos novos desdobramentos das pesquisas e análises levadas a termo neste trabalho, tendo por foco aspectos que deixaram de ser aprofundados. Mencionam-se, explicitamente, as contribuições da pedagogia e do pragmatismo ético de Horace M. Lane, os processos ideológicos que permearam os conflitos institucionais, a participação estudantil nos contextos de lutas internas e externas às fronteiras da Universidade Mackenzie e as relações de poder que se fizeram presentes no complexo desenvolvimento da transição institucional do Mackenzie nas décadas centrais do século XX.

Para destacar o mérito das fontes e, em consequência, o valor da pesquisa histórica empreendida, cabe aqui fazer uma referência ao *corpus* documental discriminado pormenorizada-mente no final do trabalho como “Referências”.

Desse universo, ressalta o acervo do Centro Histórico Mackenzie (CHM), que forneceu as *fontes primordiais* da pes-

quisa, às quais o autor se refere 210 vezes ao longo do texto (Acervo CHM). Em sua maioria, essas fontes são inéditas, isto é, não haviam ainda sido compulsadas por pesquisadores. Dos documentos escritos em inglês, foram feitas traduções que geraram 36 citações originais. Aos arquivos do Conselho Deliberativo do Instituto Presbiteriano Mackenzie (Arquivo CD/IPM) e da Secretaria Geral da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Arquivo SG/UPM), que se materializam na forma de *Livros de Atas*, o autor é tributário de 234 referências originais. Ainda no âmbito da própria instituição, foram consultados os arquivos da Escola de Engenharia e da Faculdade de Direito, que contêm qualificado acervo documental.

O Arquivo Histórico Presbiteriano (Arquivo HP) permitiu o acesso a coleções inteiras dos periódicos denominacionais *O Puritano* (de 1899 a 1958) e *Brasil Presbiteriano* (de 1958 a 1974). O ano de 1958 aparece nos extremos dos períodos de consulta, pelo fato de ter o jornal *O Puritano* encerrado as suas edições nesse ano, o mesmo acontecendo com o periódico denominacional *Norte Evangélico*. Ambos deram origem ao novo “órgão oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil”, o jornal *Brasil Presbiteriano*. As consultas a este último periódico foram também viabilizadas pelo acesso à valiosa coleção particular desses jornais, colocada ao alcance do autor. No seu conjunto, os periódicos da Igreja Presbiteriana do Brasil foram citados cerca de cem vezes, como fonte primária.

Menciona-se, também, o Centro de Documentação Histórica Rev. Vicente Themudo Lessa, da Igreja Presbiteriana Independente, em que foram procuradas diligentemente todas as edições do periódico denominacional *O Estandarte*, desde 1951 até 1974, em busca de registros referentes ao Mackenzie, resultando dessa exaustiva pesquisa a conclusão de que as referên-

cias a essa instituição educacional presbiteriana são mínimas e insignificativas, razão por que nenhuma citação é feita no corpo do trabalho a essa fonte, conquanto possa ser valiosa em se tratando de outros temas ou épocas.

Além dos documentos institucionais (do Mackenzie e da Igreja) que lastrearam a pesquisa, o autor compulsou periódicos seculares, fixando sua preferência no jornal *O Estado de S. Paulo*, em razão da viabilidade de consultar todas as edições, desde 1956 até 1974, recorrendo para isso ao Arquivo do Estado e à Biblioteca Municipal Mario de Andrade. Essa fonte jornalística subsidiou 57 referências ao longo do texto, tendo revelado, também, longos períodos de silêncio absoluto em relação ao Mackenzie, o que constitui, por si só, um significativo dado.

Para finalizar esta introdução, deve-se reconhecer que não é fácil construir a história de uma instituição com a qual se tem uma relação afetiva de pertença. Existem riscos de as esferas pessoal e institucional ficarem excessivamente entrelaçadas, com danos para a isenção e a autonomia que deveriam se fazer presentes, tanto quanto possível, num empreendimento de natureza científica. Mesmo assim, e na convicção de que o caminho a explorar oferecia asperezas e sutilezas, decidiu-se percorrer todo o itinerário, encarando-o como desafio e oportunidade.

Este preâmbulo não poderia ser encerrado sem os agradecimentos do autor ao prof. dr. Arnaldo Daraya Contier que, desde o mestrado e, especialmente, ao longo da elaboração da tese intitulada *Mackenzie em movimento: conjunturas decisivas na história de uma instituição educacional (1957-1973)* – versão acadêmica inicial deste livro –, dedicou-se à orientação, contribuindo com críticas inteligentes, incentivos veementes e desafios instigantes, que se mostraram essenciais para o êxito deste empreendimento.

A segunda edição de *Tempos de transição* é uma prova do sucesso da primeira edição, já esgotada, deste *best-seller* da Editora Mackenzie. Inusitadamente, trata-se de uma produção editorial que se mantém atualizada e atraente, decorridos quase dez anos do seu lançamento inaugural.

Muito mais do que a narrativa sequencial de uma série de conjunturas decisivas na trajetória institucional do Mackenzie, a obra *Tempos de transição* fascina o leitor pelo modo envolvente com que as tramas históricas são apresentadas e pela expectativa suscitada em face dos possíveis desfechos desses cenários. Cada capítulo parece ter dinâmica própria à medida que revela, discute e critica a pauta que o autor escolheu como roteiro para seu diálogo com as fontes documentais. O horizonte temporal vai de 1957 a 1973, mas começa *antes* e termina *depois*, seja pelos inevitáveis antecedentes, seja pelas inexoráveis consequências das escolhas e decisões.

Por fim, para discorrer sobre a história do Mackenzie, ninguém melhor do que o engenheiro-historiador **Marcel Mendes**, que já se consagrou como pesquisador e intérprete das luzes que irradiam do nosso passado institucional.

Benedito Guimarães Aguiar Neto

Reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie

